

A Utopia do Diálogo Produtivo: Uma Reflexão Sobre a Formação dos Posicionamentos Políticos na Lógica da Exposição Seletiva¹

Mariana Gomes da FONTOURA²

Patrícia AUGSTEN³

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente trabalho parte do pressuposto de que a exposição seletiva a conteúdos no Facebook leva à formação de bolhas ideológicas. Essas, por sua vez, maximizam outro fenômeno: a polarização da opinião política. O objetivo do estudo, portanto, é explorar essa hipótese a partir da análise de um conjunto de dados obtidos em duas páginas da rede social. A pesquisa se divide em quatro eixos temáticos principais: entendimento do conceito de esfera pública postulado por Habermas (1984); observações a respeito das restrições de debates públicos a partir da formação das bolhas dos filtros, conceito de Pariser (2012); compreensão da polarização de opiniões fundamentado na ideia de incomunicação de Wolton (2011); por fim, é analisado um conjunto de dados acerca de acontecimentos políticos recentes no Brasil. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011).

Palavras-chave: Esfera pública; bolha dos filtros; polarização; Facebook.

Introdução

Um número cada vez maior de pesquisadores e teóricos tentam compreender o potencial das tecnologias digitais no fortalecimento da democracia e na reconfiguração da esfera pública. Diante de um cenário de apatia com representantes políticos e institucionais, o ciberespaço é visto como um local de fomento de práticas políticas a partir de novas modalidades de participação e de deliberação pública.

A noção de democracia está intrinsecamente ligada ao conceito habermasiano de esfera pública, que compreende os espaços públicos de deliberação coletiva, de construção do debate político e de formação da opinião pública. Para Habermas (1997),

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Criação e Produção de Conteúdos Digitais pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), 2016. Graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo pela PUCRS, 2012. E-mail: marigfontoura@gmail.com

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em TV e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2016. Especialista em Gestão Estratégica de Marketing pela Faculdade União das Américas, Foz do Iguaçu, 2012. Graduada em Comunicação Social com ênfase em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2009. E-mail: patricia.augsten@acad.pucrs.br

a democracia é a melhor maneira de conciliar interesses privados e públicos. A participação do cidadão é de suma importância nesta perspectiva, pois a democracia não se concretiza quando se restringe ao Estado ou a instituições.

Não são poucos os estudos que defendem uma revitalização da democracia e de suas instituições com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação. Entretanto, é preciso considerar que a circulação de conteúdo e de informação neste espaço obedece à lógica dos algoritmos de empresas de tecnologias. Ou seja, todo o conteúdo apresentando nas plataformas da web - como Google, Facebook, Twitter, entre outros -, é decidido por ferramentas de algoritmos de dados, que selecionam o que será mostrado de acordo com as preferências do próprio usuário.

A supressão automática de determinados conteúdos pode interferir na concepção de um ambiente digital como uma nova instância da esfera pública. No Facebook, por exemplo, os algoritmos de filtragem e classificação de postagens podem estar distanciando os usuários de debates públicos mais plurais. Assim, a omissão de conteúdos contraditórios às concepções do usuário pode estar colaborando para um fenômeno cada vez mais intenso e visível na sociedade: a polarização das opiniões políticas.

Torna-se imperativo abordar, nos estudos de comunicação, a relação das novas tecnologias, da cena política e da emergência de novos interlocutores e suas articulações na esfera pública contemporânea. É a partir deste ambiente complexo que este estudo se desenvolveu e refletiu sobre a esfera pública, a bolha dos filtros e a polarização de opiniões. O objetivo é explorar e ilustrar, em caráter breve e preliminar, essa polarização a partir da análise de duas páginas do Facebook de posicionamento ideológico oposto.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo versa sobre uma revisão bibliográfica e sobre a análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (2011). O aporte teórico que fundamenta o trabalho está dividido em quatro eixos temáticos principais. O primeiro, aprofunda o conceito de esfera pública proposto por Habermas (1984) e explora a ideia de um ambiente digital como uma esfera pública contemporânea. Em seguida, o estudo discorre sobre as bolhas dos filtros, conceito postulado por Pariser (2012). O terceiro eixo temático reflete sobre a polarização das opiniões, trazendo à luz as ideias de incomunicação de Wolton (2011). Por fim, apresenta-se os resultados da análise dos comentários das duas páginas do Facebook: Movimento Brasil Livre (MBL) e Pragmatismo Político.

Esfera pública contemporânea e as novas possibilidades de articulações

Na primeira abordagem sobre a constituição da esfera pública no século XVIII, Habermas (1984) desenvolve o conceito a partir da ideia de uma instância de indivíduos reunidos em público com o objetivo de debater questões coletivas. Essa esfera pública era constituída por uma nova classe de mercadores e comerciantes, os burgueses, cujo objetivo era reivindicar o espaço de formação de opinião e deliberar acerca das ações do Estado. O conceito fica mais claro na seguinte passagem:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p. 42).

Entretanto, a formação dessa esfera aconteceu de forma excludente. Ficavam de fora do debate as mulheres, os operários e as minorias étnicas. Habermas reconhece que o desenvolvimento da esfera pública não foi amplo e nem democrático. Porém, mesmo assim, afirma que foi essencial para a ampliação de algumas garantias e direitos dos cidadãos. Portanto, adota-se aqui a noção de esfera pública como um lugar onde a expressão, a comunicação e a interlocução de diferentes indivíduos favorece uma consciência coletiva, uma *opinião pública*⁴ livre de influências políticas ou econômicas.

Em um segundo momento, Habermas (1997) revisita sua teoria e se afasta da ideia de esfera pública do século XVIII e formula um novo embasamento teórico a partir de um modelo comunicativo. Neste momento, o teórico dissocia a esfera pública com espaços físicos (como *coffee-house* e *salons*) e admite a existência de outras esferas, que não são uma totalidade. Mas sim, são parciais e se ligam formando uma rede maior e mais complexa. Habermas amplia a concepção de esfera pública, cuja definição compreende uma rede de “comunicação que se ramifica num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras” (1997, p. 107).

⁴ Para Habermas, os indivíduos reunidos em público fomentam um debate e deliberam sobre questões coletivas, formando uma *opinião pública*.

O teórico ainda explica que a esfera pública é um fenômeno social e não pode ser entendida como uma instituição, organização ou como um sistema. Habermas elucidada:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural (HABERMAS, 1997, p. 92).

Nesta concepção, a esfera pública tem a função de captar e tematizar os problemas sociais. Logo, essa esfera se forma a partir de contextos comunicacionais, cujo público é recrutado da esfera privada: “Os problemas tematizados na esfera pública política transparecem inicialmente na pressão social exercida pelo sofrimento que se reflete no espelho de experiências pessoais de vida” (1997, p, 97). Ou seja, Habermas considera que a esfera privada, formada pelas redes de interação da família, amigos, colegas de trabalho, conhecidos, entre outros, não abala a esfera pública. As estruturas de interações são ampliadas e canalizam o fluxo de temas de uma esfera para outra, assegurando, de um lado, a intimidade e, de outro, a publicidade. Portanto, os debates de uma esfera pública partem dos problemas sociais da esfera privada (HABERMAS, 1997).

No sentido contrário, Bauman (2011) considera que na ágora contemporânea as pessoas começam a confessar coisas que eram a personificação da privacidade e da intimidade. Isto é, a ágora não está sendo colonizada pelos interesses do governo ou das instituições, mas pela esfera privada, que seria um perigo para a autonomia individual. Bauman afirma que as discussões nestes espaços públicos não compreendem o bem coletivo ou reflexões eficazes para reparar os problemas sociais. Mas, limitar-se-iam a uma espécie de confessionário, onde cada um relata seus problemas privados e individuais.

Fica evidente que Habermas e Bauman divergem sobre as novas possibilidades da ágora contemporânea. Ao passo que para o sociólogo alemão a esfera privada é essencial para a formação da esfera pública. Para o polonês, há uma degradação da esfera pública quando habitada pela privada. Então, o questionamento que se faz nessa reflexão é: estamos vivenciando uma época de regeneração ou degradação da esfera pública com as novas possibilidades do ambiente digital? Essa pergunta certamente não poderá ser respondida nessas linhas que seguem. Mas, as reflexões ainda se fazem importantes para

compreender o ambiente digital e seu espaço para interação, mobilização e debates de interesse público.

O ambiente digital é visto por alguns autores como uma nova instância da esfera pública porque amplia a participação dos indivíduos, descentraliza o debate e permite uma livre circulação de informações. Em outras palavras, o ciberespaço oportuniza a expressão de grupos de minorias sociais marginalizadas na sociedade sem os empecilhos impostos pela mídia tradicional e pelos interesses mercadológicos ou governamentais.

Um dos autores que defende o ciberespaço como libertador para a democracia é Pierre Lévy (1996), que vê no advento da mediação do computador e na circulação mais livre de informações uma oportunidade para a participação dos indivíduos nos processos deliberativos e decisórios das instituições políticas.

Lévy afirma que a sociedade deve experimentar este novo espaço de comunicação e promover novas estruturas de organização para decisões dirigidas para um aprofundamento da democracia. “O *ciberespaço* poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados (...)” (2015, p. 62). O autor ainda ressalta que, no ambiente digital, as deliberações não precisam de representantes institucionais ou políticos, o que garante uma participação mais plural em prol de uma democracia mais plena.

Isto posto, o sucinto estudo ora apresentado considera que o ambiente digital é uma ferramenta importante para a expressão e articulação de grupos sociais que até então ficavam à margem dos debates públicos. As plataformas de redes sociais criam condições para o funcionamento de uma nova arena na composição da esfera pública contemporânea. Pois, esses novos canais podem levar sujeitos sociais emergentes, na forma de organizações da sociedade civil, a uma possibilidade efetiva de expressão. Iniciando assim, a construção de uma opinião pública que afeta não só as pessoas da rede, mas também a mídia de massa, instituições e o próprio governo.

Esfera pública contemporânea condicionada pela bolha dos filtros

Diversas plataformas da web utilizam os algoritmos de dados para determinar conteúdos, informações ou produtos para seus usuários. As ferramentas de *big data* filtram os dados e selecionam apenas o que irá agradar ao receptor da mensagem.

Portanto, tudo o que é visto no *feed*⁵ de notícias do Facebook, por exemplo, é resultado do filtro de dados da própria plataforma.

Em outras palavras, o Facebook realiza uma espécie de curadoria do conteúdo, através de algoritmos que decidem o que vai ou não ser mostrado, a partir do histórico de preferências do próprio usuário. Portanto, quanto mais um indivíduo interage com determinado assunto, mais a base de dados do site entenderá que aquele conteúdo deve ser direcionado a este mesmo usuário em buscas futuras. É possível afirmar que o que rege as relações no ambiente digital é a personalização de conteúdo possibilitada por algoritmos e por base de dados de grandes organizações como o Google e Facebook.

A finalidade dessa prática é coletar e vender dados e informações pessoais com fins mercadológicos. Pois, quanto mais personalizada for a oferta, maior será a chance de um usuário comprar um produto oferecido. A web está se tornando, dessa maneira, um mercado de informações sobre o comportamento dos indivíduos.

Os filtros direcionam o conteúdo e determinam o que o usuário vai ler, compartilhar, seguir e o que ele vai desejar fazer no futuro. Por conseguinte, cada indivíduo acaba consumindo informações de acordo com o que ele mesmo pensa e acredita. Essa personalização em excesso leva à formação de bolhas de informações e ideias. O Facebook e o próprio ciberespaço acabam se tornando um espelho do próprio indivíduo.

O conceito de bolha dos filtros foi postulado por Pariser (2012) no livro *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Para o autor, as bolhas acabam tendo um alto custo social e cultural, já que alteram o modo como os indivíduos se deparam com informações e opiniões, impactando na compreensão de questões sociais.

Pariser afirma que as bolhas impedem que os usuários tenham contato com uma grande parcela de visões de mundo. Boa parte das diferenças não é levada em consideração em discussões públicas, dificultando deliberações mais abrangentes e argumentos diversificados. Portanto, o debate democrático não se mantém, pois ele exige uma colisão de ideias, culturas e ideologias diferentes, que proporcionam subsídios para reflexões críticas e quebras de paradigmas.

As bolhas também podem oferecer uma falsa percepção de esfera pública, já que, nelas, parece que todos têm a possibilidade de dar sua opinião e são ouvidos da mesma

⁵ *Feed* de notícias corresponde aos conteúdos que aparecem na linha do tempo de um perfil no Facebook. Esses conteúdos variam de acordo com as conexões e atividades de cada indivíduo.

forma. Como também, ocasionam uma falsa ideia de opinião pública, porque naquela bolha a maioria concorda com a ideia predominante.

As bolhas acabam limitando questões sociais importantes e complexas, o que dificulta, cada vez mais, o debate produtivo entre os atores sociais em rede. A exposição seletiva não afeta apenas o modo como processamos as informações. Mas, sobretudo, modifica o modo como pensamos, nos envolvemos em debates públicos e nos posicionamos político e ideologicamente. A personalização de conteúdo e as bolhas invisíveis maximizam, por sua vez, um outro fenômeno: a polarização de opiniões no Facebook.

Polarização de opiniões como uma consequência social da bolha dos filtros

Por caracterizar-se como um fenômeno recente no ambiente das redes sociais digitais, o conceito de polarização aqui será balizado no pensamento de Wolton (2011). O autor propõe uma diferenciação entre os conceitos de informação e comunicação, e discorre sobre a “incomunicação como o horizonte da comunicação” na atualidade. Diante das tecnologias e do aumento dos fluxos de dados via internet, Wolton oferece uma perspectiva das relações comunicacionais em rede e do problema maior da interpretação e da compreensão entre os indivíduos acentuado nesse ambiente.

Conforme Wolton (2011), ao contrário do senso comum e do que alguns teóricos assimilam, existe diferença substancial entre informar e comunicar. A informação consiste em uma unidade dentro do processo maior da comunicação. É o que promove uma ruptura. Enquanto a comunicação é que estabelece o vínculo entre as partes envolvidas. Além da distinção entre os termos, a expansão e a democratização do acesso à internet provocou uma inversão de significado das noções de informação e de comunicação:

Na tradição política e intelectual, a informação remete à ideia de algo que aparece e produz, em maior ou menor grau, uma ruptura. Isso vale para a imprensa, mas também, em geral, para o restante. A informação tem a ver com o acontecimento ou com o dado novo que perturba uma ordem vigente. Essa é a sua força. A comunicação é associada à ideia de vínculo, de compartilhamento, de “comunhão”. Hoje, [...] há uma inversão de sentido, o que é evidente na internet. A informação passou a ser o que estabelece o vínculo [...]. Ou seja, o sentido oposto ao da informação como ruptura (WOLTON, 2011, p. 26).

Portanto, na abordagem de Wolton, “a informação é a mensagem. A comunicação é a relação, que é muito mais complexa” (2011, p. 12). Se o vínculo, hoje, sobretudo em

rede, é estabelecido pelo elemento característico pela ruptura, pela unidade, a comunicação, no modelo proposto, dificilmente é estabelecida. Tem-se, então, o terceiro conceito proposto pelo teórico: o da incomunicação.

A ideia da incomunicação surge da predominância não só da informação, mas também da ideologia tecnicista, que, conforme Wolton (2011), deposita na velocidade dos processos, nos avanços tecnológicos e na ampliação do acesso à informação a esperança de resolução dos problemas inbricados nas relações humanas, no que tange a convivência e a tolerância. Segundo o pensador francês, “a velocidade é o tempo das tecnologias” (2011, p. 57), aqui associadas diretamente à informação, a noção oposta está conectada ao homem e à comunicação.

Diante dessa reflexão, apreende-se por incomunicação o produto atual das relações entre informação e comunicação, principalmente no ambiente on-line, quando a primeira passa a estabelecer o vínculo no lugar da segunda. O tempo da internet e das tecnologias atropelou a complexidade da comunicação, que ficou reduzida à disseminação ágil de informações - às vezes sem a devida apuração e verificação tanto de quem a produz quanto de quem compartilha - em detrimento ao diálogo e à interpretação, constata Wolton:

O desafio é menos de compartilhar o que temos em comum do que aprender a administrar as diferenças que nos separam, tanto no plano individual quanto no coletivo. Portanto, na comunicação, o mais simples tem a ver com as tecnologias e mensagens, enquanto o mais complicado tem a ver com os homens e as sociedades (WOLTON, 2011, p. 12-13).

Mesmo que o pensamento de Wolton sinalize para uma perspectiva negativa frente ao panorama atual das relações comunicacionais no ambiente das redes sociais digitais – especificamente nesse estudo voltado ao Facebook –, em entrevista, o teórico acredita que exista comunicação, sim, nas redes sociais (RUY E VILELA, 2014). Porém, ela fica restrita a quem o interlocutor se direciona.

Tratando-se do ambiente das páginas do Facebook dedicadas a circulação de informações de teor político, a comunicação se estabelece entre os usuários que compartilham da mesma ideologia disseminada pela página. Do contrário, o que ocorre é a incomunicação, a dificuldade de negociar e conviver quando esses grupos com interesse comum encontram opiniões divergentes. Logo, é possível associar, frente a esses conceitos, a polarização como uma consequência da incomunicação nas redes sociais,

especialmente nas páginas com conteúdo políticos e de posicionamento ideológico definido.

À medida que o usuário busca informações com certa frequência nessas páginas, o site de rede social em questão acaba por sugerir mais fontes semelhantes, personalizando, cada vez mais, a experiência de busca e de leitura de informações. O resultado é a formação da bolha de filtros (PARISER, 2012), conceito exposto na etapa anterior, diminuindo o contato e a convivência com pontos de vista diferentes.

A hipótese da polarização como uma espécie de efeito da incomunicação no Facebook será testada através da análise das postagens exposta nas sessões seguintes do presente trabalho.

Método de análise e coleta de dados

A sistematização que se ensaia nessas páginas tenta ilustrar a polarização de opiniões no Facebook. Portanto, o estudo utiliza como procedimento técnico a análise de conteúdo de Bardin (2011), que é um conjunto de técnicas de investigação que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Por conseguinte, como sugerido por Bardin, o estudo abordou as três fases da análise de conteúdo. A primeira é a pré-análise, que se efetivou quando se explorou o conteúdo das duas páginas do Facebook de ideologias opostas: Pragmatismo Político⁶ e Movimento Brasil Livre (MBL)⁷. O primeiro está alinhado a uma ideologia de esquerda, ao passo que o segundo se caracteriza pelas ideias da direita conversadora.

A segunda fase compreende a exploração do material. Assim, o *corpus* foi definido pela regra de pertinência proposto por Bardin, ou seja, este *corpus* é adequado enquanto fonte de informação e corresponde ao objetivo que suscita a análise, tanto pelo contexto político atual, quanto pelas típicas interações que ocorrem nessas páginas.

As duas postagens selecionadas consistem na exposição do mesmo fato. Entretanto, em contextos ideológicos opostos. A condenação do ex-presidente, Luíz Inácio Lula da Silva, pelo juiz, Sérgio Moro, no dia 12 de julho de 2017, gerou uma grande repercussão nas mais diversas mídias, sobretudo no Facebook. Selecionou-se os 50 comentários mais recentes de cada uma das páginas, totalizando um *corpus* final de 100 comentários.

⁶ Ver em: <https://www.facebook.com/PragmatismoPolitico/>

⁷ Ver em: <https://www.facebook.com/mblivre/>

Por fim, a terceira e última fase compreende o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos dados colhidos (BARDIN, 2011). Portanto, a sistematização das mensagens levou em conta o conteúdo que permitam uma inferência de posicionamento relativa ao foco do estudo, que é o entendimento da polarização de opiniões. A análise divide nos seguintes índices de categorização: 1 – comentários consonantes com a ideologia da página; 2 – comentários dissonantes à ideologia da página; 3 – comentários neutros.

Análise dos comentários

Antes de adentrar na análise, vale ressaltar o contexto das postagens. O Brasil passa por um momento de instabilidade política e econômica. Em março de 2014, a operação Lava Jato deu início a uma série de investigações que desvelaram sucessivos esquemas de corrupção. A partir de então, a crise de representação política dividiu o país em dois polos: pró e anti governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A pressão popular e os desdobramentos do processo culminaram no impeachment da então presidenta, Dilma Rousseff, em 2016.

As investigações não se restringiram ao período de governo Dilma. O próprio ex-presidente Lula também foi alvo de inquérito. A opinião pública aguardava pela decisão do juiz Sérgio Moro que, no dia 12 de julho de 2017, sentenciou o petista a 9 anos e seis meses de prisão na Lava Jato.

A notícia repercutiu nos veículos midiáticos do Brasil e do mundo. Nas redes sociais, as manifestações foram praticamente instantâneas. A página do MBL realizou a primeira postagem sobre a condenação às 14h do mesmo dia, compartilhando o link da notícia “URGENTE: Lula é condenado a nove anos e meio de cadeia”, da revista Veja.

Até o momento da coleta de dados, dois dias após a publicação, a postagem teve 53 mil reações, aproximadamente 20 mil compartilhamentos e um pouco mais de 4 mil comentários. Interessante perceber que, além do link da Veja, a página compartilhou uma foto do ex-presidente com uma expressão de tristeza ou derrota. O que já assinala o posicionamento da página e sua intenção com a postagem.



Figura 1: Publicação da página do MBL
Fonte: Facebook.com

Dentro da abordagem metodológica de Bardin (2011), foram analisados os 50 comentários mais recentes da postagem supracitada com o objetivo de identificar as posições ideológicas consonantes com a página, dissonantes e neutras. Os resultados apontam, majoritariamente, para a ocorrência de comentários alinhados às convicções políticas da página:

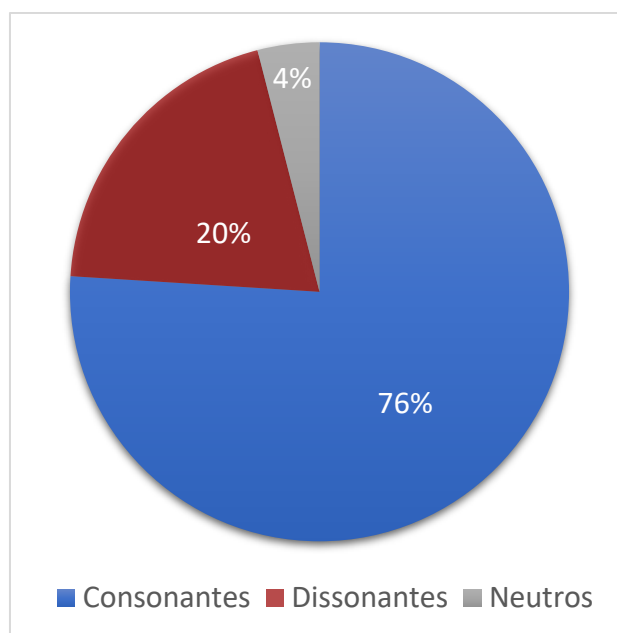


Figura 2: Gráfico dos comentários da postagem do MBL
Fonte: Desenvolvido pelas autoras

Dentre os 50 comentários, 38 foram consonantes ao posicionamento político do MBL, 10 dissonantes e dois neutros. Das manifestações alinhadas à página, observou-se que parte delas faz analogia entre o tempo da pena, nove anos e meio, e o fato do ex-presidente Lula não possuir dez dedos inteiros da mão, e sim, nove. Outra parte, declara que o tempo de condenação estabelecido foi pouco. De modo geral, os comentários apresentam um sentimento de ódio e escárnio.

Enquanto a página do MBL tem mais de 2 milhões e 300 mil seguidores, o Pragmatismo Político conta com um pouco menos da metade, cerca de 1 milhão e 100 mil seguidores. Porém, o presente estudo não leva em consideração a diferença numérica de adeptos entre as páginas. E sim, a oposição do conteúdo representado por ambas.

A página Pragmatismo Político publicou uma matéria sobre o fato um pouco depois das 16 horas do dia 12, intitulado: “Lula é condenado por Sérgio Moro a nove anos e seis meses de prisão. Confira o que diz a sentença do juiz e saiba o que acontece a partir de agora”. A postagem, até o momento da coleta, teve quase 900 reações, 94 compartilhamentos e 124 comentários.



Figura 3: Publicação da página Pragmatismo Político
Fonte: Facebook.com

A análise dos 50 comentários mais recentes apresenta os seguintes resultados:

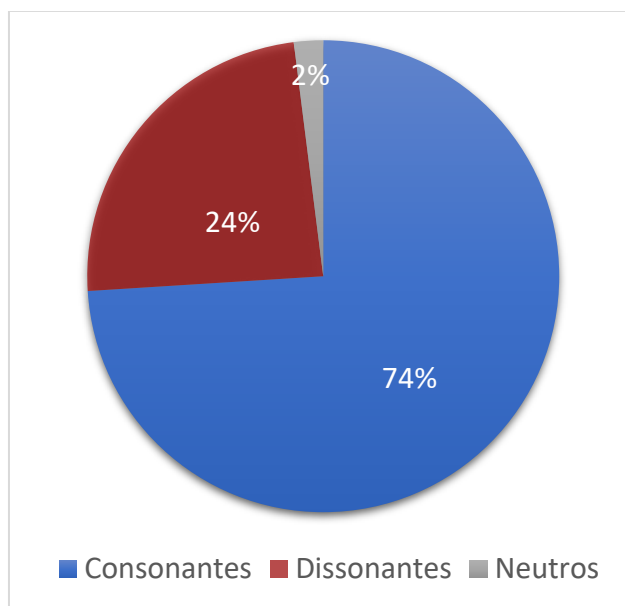


Figura 4: Gráfico da postagem do Pragmatismo Político
Fonte: desenvolvido pelas autoras

Dentre os 50 comentários, a proporção em relação à análise anterior foi praticamente a mesma: 37 consonantes ao posicionamento político do Pragmatismo Político, 12 dissonantes e apenas um neutro. Das manifestações alinhadas à página, observou-se que o discurso é em defesa da inocência do ex-presidente, e utilizam argumentos diversificados, tais como a falta de provas, divergência de tratamento – em relação aos demais investigados –, golpe orquestrado, perseguição política, entre outros.

Diferentemente da postagem da página anteriormente analisada, o sentimento de ódio é substituído pelo de tristeza, indignação e perplexidade. Diante do exposto, é possível aferir que ambas as páginas atraem mais usuários favoráveis ao seu próprio posicionamento ideológico, fomentando a polarização política.

Os resultados da análise apontam para a hipótese inicial deste artigo: a exposição seletiva a conteúdos, potencializado pelos algoritmos de coleta de dados, gera uma espécie de bolha ideológica. Essas, por sua vez, direcionam ou reforçam o posicionamento político do cidadão na rede. O que acaba tendo um alto custo social: a polarização política, a limitação de debates construtivos e de diálogos produtivos. Este cenário assinala para uma restrição das possibilidades democráticas da esfera pública. E, conseqüentemente, torna cada vez mais utópica a concepção de um ambiente digital como uma arena de interlocução plural e de deliberações com objetivos coletivos.

Considerações finais

Desvendar o funcionamento do sistema de algoritmos, que rege as interações on-line e decide o que deve interessar a cada usuário, é uma tarefa hercúlea. Pois, as ferramentas utilizadas pelos gigantes da internet, como Facebook e Google, não são transparentes para os usuários.

Por isso, o presente artigo se limitou a explorar a hipótese de que a exposição seletiva a conteúdos no Facebook leva à formação de bolhas ideológicas, que maximizam, por sua vez, a polarização da opinião política. A partir da análise de comentários de duas páginas com posições ideológicas opostas – MBL e Pragmatismo Político –, pode-se ilustrar essa suposição, em caráter breve e preliminar.

Os resultados da análise mostram que a maioria das pessoas, que comentaram a postagem, compactuam com a posição política da página. Os comentários contrários são rapidamente refutados com expressões de raiva e ódio. Os argumentos políticos e o diálogo produtivo são praticamente nulos nesses espaços.

A falta de exposição ao contraditório, ao diferente, ao que nunca se ouviu falar, impede que ocorra um real processo de deliberação entre os indivíduos. A utopia do diálogo produtivo se efetua à medida que os posicionamentos políticos adotados pelos usuários do Facebook perdem a capacidade reflexiva e crítica sobre os desdobramentos do assunto.

Os posicionamentos políticos são, em sua maioria, absolutos e fechados à negociação com pontos de vistas diferentes. As posições binárias levam ao afastamento do diálogo e da deliberação pública. Pois, reduzem a pluralidade de opiniões dentro de determinados círculos, que acabam repetindo à exaustão as mesmas ideias.

É normal que as pessoas tendam a escolher informações que reforcem seu próprio ponto de vista. Entretanto, como pesquisadores em comunicação, torna-se imperativo entender como se dá o processo de comunicação na rede, nesta lógica da seleção de conteúdo, e os seus respectivos impactos na sociedade. A questão que fica para pesquisas futuras é: qual a dimensão da influência dos filtros algorítmicos como filtro social na vida das pessoas?

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Zygmunt Bauman - Fronteiras do Pensamento**. YouTube, 10 ago. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A>> Acesso em: 20 jun. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Direito e democracia. Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2015.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RUY, Karine; VILELA, Mateus. Mídias personalizadas versus mídias generalistas: entrevista com Dominique Wolton. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 19, n. 32, 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/20103/12808>> Acesso em: 06 jul 2017.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2012.